



A COMUNICAÇÃO TECNOLÓGICA NO BRASIL: IMPRESSÕES¹

Wilton Garcia²

Resumo

Este texto aborda algumas impressões a respeito da comunicação tecnológica no Brasil, ao propor um debate crítico sobre a atualização das políticas públicas. Assim, pretende-se refletir e discutir acerca de aspectos econômicos, identitários, socioculturais e políticos que tangem o inseparável mercado-mídia. E o enfoque metodológico ocorre a partir da investigação de sujeitos, objetos e respectivos contextos no âmbito dos estudos contemporâneos.

Palavras-chave: comunicação, tecnologias, estudos contemporâneos

Abstract

This paper addresses some impressions about communication technology in Brazil, by proposing a critical debate on public policy update. Thus, it is intended to reflect and discuss about economics, identity, socio-cultural and political issues that touch upon the inseparable media market. And the methodological approach is based on the investigation of subjects, objects and their contexts in the context of contemporary studies.

Keywords: communication, technology, contemporary studies

Resumen

En este trabajo se abordan algunas impresiones sobre la tecnología de comunicación en Brasil, proponiendo un debate crítico sobre la actualización de las políticas públicas. De este modo, se pretende reflexionar y debatir sobre la economía, la identidad, socio-culturales y las cuestiones políticas que afectan a los medios de comunicación del mercado inseparables. Y el enfoque metodológico se basa en la investigación de los sujetos, objetos y sus contextos en los estudios contemporâneos.

Palabras clave: la comunicación, la tecnología, los estudios contemporâneos

¹ O presente texto parte da pesquisa *Comunicação, consumo e tecnologias emergentes: estudos contemporâneos* desenvolvida junto ao Mestrado em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba (Uniso) – vide <devoradigital.wordpress.com>.

² Doutor em Comunicação pela ECA/USP e Pós-Doutor em Múltiplos Meios pelo IA/Unicamp. Professor do Mestrado em Comunicação e Cultura da Uniso e da Fatec-Itaquá/SP. Autor de *Feito aos poucos_ anotações de blog* (2013), entre outros. <www.wilton.garcia.zip.net>

*Todos veem o que pareces,
poucos percebem o que és.*

Niccolo Maquiavel

Introdução

Hoje, a cultura digital permite que qualquer usuário-interator, conectado à rede mundial de computadores, possa postar sua “visão de mundo” diante de tamanha exclusão social, longe do dito “controle/domínio” ideológico da opinião. Claro que, opiniões divergentes circulam na internet e causam reações distintas na sociedade. E diferentes posicionamentos proliferam variáveis de expressões ideológicas das/nas redes sociais.

O interesse em lidar com questões que tangem a cultura digital acende maior vigor investigativo no campo contemporâneo da comunicação, ao considerar alguns aspectos econômicos, identitários, socioculturais e políticos. Nesse sentido, pesquisas sobre as tecnologias emergentes (BOELLSTORFF et al, 2012; CABRAL FILHO, 2007; CASTELLS, 2000; HANNS, 2009; HAYLES, 1999; KEEN, 2012; LEMOS, 2013; PRIMO, 2013; RÜDIGER, 2013; SPYER, 2012) iluminam “novos/outros” caminhos a serem percorridos. Muito embora, enfatiza-se aqui uma perspectiva humanista, para além das possibilidades que evocam as tecnologias no *constructum* de experiências virtuais.

E o escopo deste ensaio visa estimular a reflexão e o debate crítico sobre o acesso à informação no país. Portanto, trata de uma escrita ensaística, neste instante, cujo exercício parcial (em *labor*) de reflexão e registro aponta desdobramentos e características da contemporaneidade, sobretudo no tocante à política e à comunicação pautadas pelas artimanhas da cultura digital. Então, nasce uma pergunta: como alterar o quadro atual da política comunicacional no Brasil?

Questões que envolvem estética, técnica e ética da comunicação estimulam a reflexão e, conseqüentemente a escrita, em especial quando se prevê algumas atualizações que regem atenção para possíveis transformações sociais. Atentas à cultura digital, tais transformações são, também, incorporadas pelo esforço de intermediações que sistematizam mercado-mídia no país e no mundo.

Com isso, propõe-se um tipo de informação atualizada, mais eficaz e coerente com a sociedade, cujas estratégias da comunicação podem ser anotadas como emaranhado de desdobramentos conceituais. Em outras palavras, o atualizar e o inovar somam as características deste estudo. Todavia, garantem um exercício laboratorial do pensar sobre as recorrências da sociedade atual. Isso amplia experimentações criativas na interação do ato comunicacional e suas modulações representacionais. Ou seja, há variáveis discursivas – simulacros, simulações e simultaneidades – na tessitura da informatização mercadológico-midiática.

Eminentemente, ao longo dessa escritura, interessa destacar transversalidades criativas e críticas do campo contemporâneo da comunicação que possa implementar à produção do conhecimento humano. É preciso ter iniciativa para pensar e agir na velocidade do digital. Logo, o pensar sobre as coisas – artefatos, objetos, produtos ou serviços – direciona o sujeito para uma pluralidade de situações cotidianas, cada vez mais, (re)conduzidas pela flexibilidade e pelo deslocamento. E o fazer também!

De fato, a expectativa seria constituir um *corpus* de predicções acerca da comunicação contemporânea, que envolve a sociedade quando se elege a atualização dos modos de experimentar o consumo no inseparável binômio mercado-mídia. Dessa forma, um conjunto de imagens prolifera, sugestiona e transforma os elementos axiológicos do discurso contemporâneo: são matizes efervescentes, em ebulição da atualização e da inovação. Ainda que acarretem uma possibilidade de risco, o perigo apresenta-se pelo desconhecido – aquilo que está por vir. Uma aventura, sem muitos limites. São resíduos que compreendem e acusam o efeito – longe da busca de sentido – como recorrência recursiva à lógica de uma reescrita expandida.

Por ora, apresenta-se um conjunto de desafios à lógica crítico-conceitual dos estudos contemporâneos (BAUMAN, 2013; BHABHA, 1998; CANCLINI, 2008; CHAUI, 2006; COSTA, 2004; EAGLETON, 2012; GUMBRECHT, 2010, 2012; HALL, 2002, 2003; MATURANA, 1997; SPIVAK, 2010; VARGAS LLOSA, 2013; VILLAÇA, 2011), que considera o deslocamento e a flexibilidade de estratégias discursivas da sociedade atual. As artimanhas que tecem esses estudos ressaltam o ambiente de malhas e redes de debates. Nessa dimensão, há uma discursividade da teoria política como lugar legítimo de um percurso ideológico que pressupõe, por parte dessa demanda social, um posicionamento crítico, uma atitude.

Tais estudos, também, atualizam a cooperação entre discursividades contemporâneas (globalização, ecologia, empreendedorismo, neoliberalismo, sustentabilidade), cujo escopo concentra-se na passagem da teórica à prática (e vice-versa) sobre responsabilidades socioculturais, políticas e identitárias (HALL, 2002). A articulação do tecido discursivo da teoria afina o ato político – um acontecer.

Para os estudos contemporâneos, a maneira de observar, descrever e discutir a condição adaptativa do sujeito instaura determinado grau comunicacional e enfatizam valores promocionais desse mercado-mídia como sofisticação, status, valor, crédito, ponto, bônus etc. Portanto, o eixo teórico baseia-se nos estudos contemporâneos, com os quais o percurso metodológico ocorre a partir da investigação (observação, descrição e discussão) de sujeitos, objetos e respectivos contextos – aqui abordados no campo contemporâneo da comunicação. Metodologicamente, o processo investigativo de observar – além de descrever e discutir – equivale ao propósito de elaborar as redes de coordenadas discursivas (MATURANA, 1997). São ideias fragmentadas e, simultaneamente, suturadas a pontuar princípios.

Com efeito, os estudos contemporâneos associam e desdobram os estudos culturais – em suas variantes (o multiculturalismo, o pós-colonialismo e a diáspora) – às novas tecnologias digitais da informação. Um esforço congruente estimula a sinergia entre diferentes correntes do pensamento. Tanto nos estudos culturais quanto nas tecnologias emergentes, a reflexão sobre a proposição binária (centro/periferia, hegemônico/subalterno, opressor/oprimido ou tradicional/moderno) torna-se ineficaz, bem como reduz a possibilidade de indagar outras abordagens mais avançadas. Por isso vale o plural, o múltiplo.

Esse posicionamento serve como contraponto de agenciamento/negociação da exclusão de termos e expressões. Isso só é possível com um pensamento contemporâneo capaz de validar aberturas necessárias para trocas e/ou intercâmbios de informações, (re)feitas em compartilhamento de soluções criativas.

Diante da emergência, a manifestação de qualquer discurso aproxima pensamento e experiência como extensão aplicável entre teoria e prática. O enfoque acerca do contemporâneo, desse modo, visa a alertar o que ocorre, agora, no evento/acontecimento. Perante a urgente necessidade, o que está na agenda do debate atual, por exemplo, instaura-se como perspectiva de “mudar a linguagem ocular da

imagem para falar de identificações ou representações sociais de um povo” (BHABHA, 1998, p. 57). Mais que indicar uma questão temporal, a ideia de contemporâneo denomina um território de reflexões e desafios, em que noções, pressupostos, fundamentos e conceitos são (re)visitados, (re)lidos e (re)atualizados.

E as representações incomensuráveis no contemporâneo, em suas múltiplas (re)configurações, criam um grau significativo de indecidibilidades. Entretanto, o contemporâneo se (re)faz paulatinamente como propriedade provisória, parcial, inacabada, efêmera. Ou seja, deslizante, plural, multidimensional.

Diante de tamanha instabilidade, sem dúvida, isso requer (re)pensar a respeito das ações pulsantes, latentes, que estremecem e acusam efeitos de sentidos. Alto grau de instabilidade recombina conceitos, dados, informações e inquietudes. Essas instabilidades ilustram diversas expressões que associam uma condição contemporânea, capaz de prever o deslocamento e a flexibilidade como atividades inerentes à linguagem e suas caracterizações: não-linear, fragmentada, descontínua, simultânea, heterogênea, sincrética, acelerada, aberta, hermética, paródica, incompleta e/ou impactante.

Políticas públicas

5

Perante as adversidades que ressaltam na sociedade brasileira e seus estigmas (diluídos por ações de inclusão e exclusão social), a relação entre *comunicação*, *consumo* e *tecnologias emergentes* instaura-se como tema instigante para a pesquisa contemporânea. Isso legitima perspectivas discursivas que abordam, de alguma maneira, a comunicação, o consumo, a cultura, a tecnologia e a política.

Disso, o mercado-mídia parece se prevalecer sobre o Estado e a sociedade. O processo comunicacional, influenciado pelas tecnologias emergentes, é capaz de lidar com a natureza humana quando envolve a sociabilidade de qualquer sujeito e sua sujeição (inter)subjetiva. Como promessa intelectual, a discussão, sem dúvida, destaca diferentes marcadores sociais, em especial aqueles que tangem as políticas públicas – projeto político, social e cultural do desenvolvimento humano.

Homi Bhabha (1998, p. 48), autor dos estudos culturais, escreve: “A dinâmica da escrita e da textualidade exige que repensemos a lógica da causalidade e da determinação através das quais reconhecemos o ‘político’ como uma forma de cálculo e ação estratégica dedicada à transformação social”.

O sujeito, assim, deve propor sua verdade política. E essa dinâmica idiossincrática reverbera as sensações desse sujeito em estado vivencial, iniciadas por suas experiências percepto-cognitivas no viver (MATURANA, 1997). Mais que isso, urge a aceleração de mudanças de valores e novas potencialidades no cotidiano. Nesse caso, práticas comunicacionais alternam-se de acordo com variações (inter)subjetivas do sujeito que derivam fatores humanos inerentes a cada contexto social. A expectativa é dilatar as impregnâncias comunicacionais a um bem estar social.

Para Terry Eagleton:

As necessidades essenciais à nossa sobrevivência e ao nosso bem-estar, como estar alimentado, aquecido e abrigado, aproveitar a companhia dos outros, escapar da escravidão e abuso e daí por diante, podem funcionar como uma base para a crítica política, no sentido de que qualquer sociedade que satisfaça tais requisitos nitidamente está deixando a desejar. Podemos, é claro, levantar objeções a tais sociedades com base em argumentos mais locais ou culturais, mas dizer que elas violam algumas das exigências mais fundamentais de nossa natureza carrega ainda mais força. Por isso é um erro pensar que a ideia de natureza humana não passa de uma apologia do status quo. Ela também pode agir como um poderoso desafio a ele (EAGLETON, 2012, p. 73).

Com isso, tomo a liberdade de indicar algumas impressões sobre as políticas públicas, do ponto de vista da comunicação e da cultura na vida social do sujeito. Tal noção, aqui, deve constituir as diretrizes emblemáticas que demonizam ações governamentais do Estado e sua respectiva divulgação à sociedade. Isso formaliza um conjunto de normas e feitos da gestão desempenhada pelos dirigentes do Estado, a fim de promover o bem estar social da população.

A República Federativa do Brasil legitimou a atual divisão do poder democrático entre diferentes instâncias como o executivo, o judiciário e o legislativo. São três instâncias de poder que juntos governam. Além disso, é possível recorrer às subdivisões geográficas na proposição (de nível) federal, estadual e municipal. Esse conjunto estrutural distribui responsabilidade e comprometimento de constituir as políticas públicas no país.

É comum observar que essas políticas públicas correspondem aos interesses partidários dos governantes brasileiros, que vendem as ações sociais ao desfrute do voto no momento da eleição. O que poderia ser uma valia interessante para o desenvolvimento humano torna-se, de modo lamentável, uma moeda corrupta na compra de votos feita por determinados candidatos políticos. Isso, inevitavelmente, enfraquece as ações sociais básicas do Estado social, como o acesso à informação. São

vícios enraizados na cultura assistencialista e corrupta da política partidária eleitoral, que emperra a nação.

De acordo com Zygmunt Bauman:

Os políticos, tanto quanto os mercados de consumo, são ávidos por tirar proveito dos medos difusos e nebulosos que saturam a sociedade atual. Os comerciantes de serviços e bens de consumo anunciam suas mercadorias como remédios garantidos contra o abominável sentimento de incerteza e as ameaças indefinidas. Movimentos e políticos populistas assumem a tarefa abandonada com a fragilização e o desaparecimento do Estado social, do mesmo modo que grande parte do que restou da esquerda social-democrática, amplamente desacreditada (BAUMAN, 2013, p. 28).

Do ponto de vista comunicacional, a passagem do conhecimento em tecnologia hoje implica refletir sobre a produção e a circulação da informação – a partir das mediações hipermediáticas. É saber executar soluções criativas, cujo conhecimento se faz com recursos digitais. Talvez, traduzir esse conhecimento em tecnologia seria o aprimoramento das pesquisas contemporâneas na universidade para a indústria e o comércio, em particular a internet.

Contudo, uma ideia de mercado-mídia contemporânea pode prevalecer a condição social e política do sujeito, assim como (re)posicionar a adaptabilidade da ideologia, em prol de valores humanos. A informação, assim, torna-se elemento fundamental ao desenvolvimento humano e social. E o governo nem desempenha as políticas públicas para tal feitura, uma vez que esses valores quase não são trabalhados, de fato, conforme se observam as necessidades da vida social do sujeito. Isso deve ser pontuado em longo prazo.

As políticas culturais devem ficar atentas às políticas de comunicação e cultura. Desafios potentes de empoderamento. Diferentes contrapontos expõem a diversidade de olhares, opiniões, e/ou posicionamentos que se mantem como pluralidade dinâmica da efetiva participação da sociedade no processo de desenvolvimentos da regulação dos meios de comunicação.

O monopólio da informação acentua a desigualdade social, porque destitui as possibilidades de divergência ao sistema hegemônico. Observa-se que quanto maior o impacto do consumo no mercado-mídia, perante o uso desenfreado das tecnologias emergentes (*tablets* digitais, telefones celulares, redes sociais etc) maior fica o rombo das condições humanas, que cada vez mais se distancia de um ideal social. Com isso, grandes emissoras de rádio e televisão concentram a programação dos veículos e

massifica a informação em entretenimento. Portanto, o monopólio sinaliza ações mais comerciais e menos culturais, o que empobrece a qualidade da informação.

As políticas públicas no país não constitui a regulação democrática dos setores privado e público que circundam as empresas de comunicação. Dessa forma, a discussão institucional sobre os veículos de comunicação perpassam apenas aos interesses específicos dos governantes e das empresas de comunicação.

Falta prevalecer à ética como parâmetro democrático dos valores sociais e políticos. Tal regulação de mercado-mídia do consumo comunicacional contemporâneo deve assinalar uma política de inclusão e não de privilégios.

Nízia Villaça, ao escrever sobre estudos da periferia, afirma:

É preciso considerar a diversidade das populações-alvo das políticas públicas, pois há uma heterogeneidade de problemas. Cabe à atividade jornalística sublinhar esse fato. (...) A diversidade do Brasil e de países da América Latina possui uma dupla matriz. A primeira faz referência à variedade da miscigenação nesses países, em virtude das origens raciais, imigrações internacionais etc. Num segundo viés, a diversidade resulta das lutas pelos direitos sociais e civis por diferentes grupos rurais e urbanos, envolvendo questões de gênero, questões etárias e sobre deficiências etc. Tal cenário exige o reconhecimento das desigualdades e das diferenças e decorre da crise das sociedades nacionais homogêneas. As políticas públicas devem também ter um caráter redistributivo, o que por vezes esbarra nos interesses das elites (VILLAÇA, 2011, p. 35).

Para além de uma mera assistência social, as políticas públicas devem ter em sua agenda à resolução de problemas – com destaque aqui para as estratégias que elencam a comunicação, como produção, distribuição e difusão. Nota-se a dificuldade de lidar com as adversidades no país, sobretudo quando se pensa o campo contemporâneo da comunicação. Seria (re)desenhar parâmetros colaborativos entre governo e sociedade.

Do ponto de vista das políticas públicas, o ajuste fiscal e orçamento equilibrado entre receita e despesa, bem como as restrições à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais, devem sinalizar os objetivos do governo para impulsionar o desenvolvimento econômico e a promoção da inclusão social da população. No espaço das ciências políticas e sociais, é preciso pensar *o papel do Estado*, ao perpassar *a ação do governo*, em sua extensão enunciativa de democracia, em diálogo com o povo.

É otimizar as decisões para maximização dos interesses sociais, em termos de políticas públicas. Reformula-se o olhar, a decisão e a ação. Evidente que se devem registrar outras variáveis a decisão governamental, a garantir maior legitimidade do

feito político. São decisões categóricas, mas que acabam recebendo acréscimos de diferentes organizações institucionais como mercado, mídia, partidos políticos etc.

Isso gera embates, tendências e preferências em torno dos interesses. Na universidade, as políticas públicas, assim, devem ser vistas/lidas como campo inter, multi transdisciplinar, em que diferentes áreas do conhecimento (antropologia, comunicação, ciência política, direito, economia, geografia, gestão, planejamento, semiótica, serviços social, sociologia) participam ativamente, inclusive a comunicação.

Reflexões finais

Na refeitura dessas articulações reflexivas, o campo contemporâneo da comunicação contamina-se das tecnologias emergentes ao (re)dimensionar as condições adaptativas de suas estratégias (hiper)midiáticas. E a informação, nesse contexto, transporta-se com maior velocidade e contribui ao desenvolvimento mercadológico-midiático. Como resultado, a discussão aponta para os problemas dos critérios de transparência das políticas da comunicação, no país, em busca de atualização e/ou inovação, sobretudo com a cultura digital.

Hoje, tentar examinar as políticas públicas brasileiras, quando envolvem as diretrizes do consumo e da comunicação, requer pensar ações capazes de propor “novos/outros” olhares críticos-conceituais acerca da tessitura de redes de agenciamento/negociação. Essa última gera valores entre governo, mercado e mídia.

Notadamente, a visibilidade política tem a ver com as estratégias coordenadas pela mídia. Disso, o desenho e a execução de políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais, ganham destaque quando a propaganda partidária enuncia os feitos do governo. A força da mídia convoca uma soma de votos no momento da eleição.

Aqui em especial, o que está em voga são as mediações e as tensões sobre os usos dos meios de comunicação atualmente. Isso cria uma oportunidade de debate, uma vez que falta criatividade para lidar com condutas que se organizam mais favorável à discussão. Verificam-se regulações tanto do poder público quanto do poder privado para enfrentar desafios e exigências, como: liberdade de expressão; informação de qualidade; acesso a conteúdos; concentração de propriedades dos meios privados; criação de agência reguladora da comunicação no país etc.

Gostaria de finalizar este ensaio com algumas palavras de Mário Vargas-Llosa (2013, p. 182):

Nunca vivemos, como agora, uma época tão rica em conhecimentos científicos e invenções tecnológicas, nem mais equipada para derrotar as doenças, a ignorância e a pobreza; no entanto, talvez nunca tenhamos ficado tão desconcertados diante de certas questões básicas como o que fizemos neste astro sem luz própria que nos coube, se a mera sobrevivência é o único norte que justifica a vida, se palavras como espírito, ideais, prazer, amor, solidariedade, arte, criação beleza, alma, transcendência ainda significam alguma coisa e, em sendo positiva a resposta, o que há e o que não há nelas. A razão de ser da cultura era dar resposta a esse tipo de pergunta. Hoje, ela está exonerada de semelhante responsabilidade, já que a transformação aos poucos em algo muito mais superficial e volúvel: uma forma de diversão para o grande público ou um jogo retórico, esotérico e obscurantista para grupelhos vaidosos de acadêmicos e intelectuais que dão as costas ao conjunto da sociedade.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Danos colaterais: desigualdades sociais numa era global*. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. de Myriam Ávila, Eliana L. L. Reis e Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BOELLSTORFF, Tom et all. *Ethnography and virtual worlds: a handbook of method*. Princeton: Princeton University Press, 2012.

CABRAL FILHO, J. S. An indeterminate project for architecture in Brazil. *Kybernetes*, v. 36, p. 1266-1276, 2007.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Leitores, espectadores e internautas*. Trad. de Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHAUI, Marilena. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

COSTA, Jurandir Freire. *O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

EAGLETON, Terry. *Marx estava certo*. Trad. de Regina Lyra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

GARCIA, Wilton. *Feito aos poucos_ anotações de blog*. São Paulo: Factash/Hagrado Edições, 2013.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença*. Trad. de Isabel Soares e Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contracampo, 2010.

_____. *Graciosidade e estagnação: ensaios escolhidos*. Trad. de Luciana Villas Bôas e Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto e EdPUC-Rio, 2012.

HAYLES, N. Katherine. *How we became posthuman: virtual bodies in cybernetics, literature, and informatics*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1999.

HALL, Stuart. *Identidade cultural pós moderna*. 5 ed. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Liv Sovik (org.). Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

HANNS, Daniela kutschat et al. *Mídias multiplicação e convergências*. São Paulo: EdSenac, 2009.

KEEN, Andrew. *Vertigem digital: por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando*. Trad. de Alexandre Martins. São Paulo: Zahar, 2012.

LEMOS, André. *Tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. 6 ed. Porto Alegre: Sulinas, 2013.

LEMOS, André; LEVY, Pierre. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010.

MATURANA, Humberto. *A ontologia da realidade*. Trad. de Cristina Magro, Miriam Graciano e Nelson Vaz. Belo Horizonte: EdUFMG, 1997.

PRIMO, Alex (org.). *Interações em rede*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

RÜDIGER, Francisco. *As teorias da cibercultura*. Porto Alegre: Sulinas, 2013.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. de Marcos Pereira Feitosa, Sandra Regina Goulart Almeida e André Pereira. Belo Horizonte: EdUFMG, 2010.

SPYER, Juliano (org.). *Para entender a internet: noções, práticas e desafios da comunicação em rede*. 2009. Disponível em: <<http://ebookbrowse.com/spyer-juliano-org-para-entender-a-internet-pdf-d322865036>>, Acesso em 1.set.2012.

VARGAS LLOSA, Mario. *La civilización del espectáculo: uma radiografia de nosso tempo e da nossa cultura*. Buenos Aires: Afaguara, 2013.

VILLAÇA, Nizia. *A periferia pop na idade média*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011.